

**06**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CONCURSO PÚBLICO 2012 - EDITAL Nº21/2012  
CARGO ARQUIVISTA

### Instruções

1. Você recebeu do fiscal um cartão de respostas e um caderno de questões contendo 60 (sessenta) questões. Verifique se os seus dados estão corretos. Se necessário, comunique ao fiscal.
2. É responsabilidade do candidato se certificar de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no seu cartão de respostas.
3. O cartão de respostas só pode ser preenchido com caneta esferográfica de tinta indelével azul ou preta (Edital 21/2012, subitem 10.9.5).
4. O cartão de respostas NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
5. Assinale no cartão de respostas a alternativa correta. O preenchimento do cartão de respostas deve ser feito conforme o exemplo a seguir:  
A)  B)  C)  D)  E)
6. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas. Respeite o espaço destinado às respostas.
7. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
8. Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "a").
9. Somente após decorrida uma hora do início da prova o candidato poderá entregar o seu cartão de respostas e retirar-se da sala de prova (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "c").
10. Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente o seu cartão de respostas ao fiscal.
11. Somente será permitido levar seu caderno de questões faltando uma hora para o término estabelecido para o fim da prova (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "d").
12. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "e").
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos (Edital 21/2012, subitem 10.9.7, alínea "g").
14. Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do responsável pelo local.
15. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu cartão de respostas.

*"A vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros."  
Vinicius de Moraes*

### Cronograma Previsto - Divulgação e interposição de recurso

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito preliminar	16/04/12	<a href="http://concursos.pr4.ufrj.br">http://concursos.pr4.ufrj.br</a>
Interposição de recursos contra o gabarito preliminar	17 e 18/04/12	
Resultado do julgamento dos recursos	02/05/12	
Resultado preliminar da prova objetiva	02/05/12	
Pedido de vista do cartão de respostas	03 e 04/05/12	
Vista do cartão de resposta	09/05/12	
Interposição de recursos - resultado preliminar - prova objetiva	10 e 11/05/12	
Resultado final da prova objetiva	15/05/12	

## Língua Portuguesa

## TEXTO - PAZ GLOBAL IMPOSSÍVEL

Umberto Eco

Perto do final de dezembro, a Academia Universal das Culturas discutiu em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje. Não definir ou desejar, mas imaginar. Logo, a paz parece ainda ser não apenas uma meta distante, mas um objeto desconhecido. Os teólogos a definiram como a *“tranquillita ordinis”*.

A tranquilidade de que ordem? Somos todos vítimas de um mito original: havia uma condição edênica, depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência. Mas Heráclito nos preveniu de que “a luta é a regra do mundo, e a guerra é geradora comum e senhora de todas as coisas”. No início houve a guerra, e a evolução implica uma luta pela vida.

As grandes pazes que conhecemos na História, como a paz romana, ou, em nosso tempo, a paz americana (mas também já houve paz soviética, paz otomana, paz chinesa), foram resultados de uma conquista e uma pressão militar contínua através das quais se mantinha uma certa ordem e se reduzia o grau de conflitos no centro, à custa de algumas tantas pequenas, porém sangrentas, guerras periféricas. A coisa pode agradar a quem está no olho do furacão, mas quem está na periferia sofre a violência que serve para conservar o equilíbrio do sistema. “Nossa” paz se obtém sempre ao preço da guerra que sofrem os outros.

Isso deveria nos levar a uma conclusão cínica, porém realista: se queres a paz (para ti), prepara a guerra (contra os outros). Entretanto, nas últimas décadas, a guerra se transformou em algo tão complexo que não costuma mais chegar ao fim com uma situação de paz, nem que seja apenas provisória. Ao longo dos séculos, a finalidade da guerra tem sido a de derrotar o inimigo em seu próprio território, mantendo-o no desconhecimento quanto a nossos movimentos para poder pegá-lo de surpresa, conseguindo forte solidariedade na frente interna. Hoje, depois das guerras do Golfo e de Kosovo, temos visto não apenas jornalistas ocidentais falando das cidades inimigas bombardeadas, como também os representantes dos países adversários expressando-se livremente em nossas telas de televisão. Os meios de comunicação informavam ao inimigo sobre as posições e os movimentos dos “nossos”, como se Mata Hari tivesse se transformado em diretora da televisão local. Os chamados do inimigo dentro de nossa própria casa e a prova visual insuportável da destruição provocada pela guerra levaram a que se dissesse que não se deveriam assassinar os inimigos (ou mostrar que eram assassinados por engano), e, por outro lado, parecia insustentável a idéia de que um dos nossos pudesse morrer. Dá para se fazer uma guerra nessas condições?

1. As coisas ficaram ainda piores depois de 11 de setembro. O inimigo está em nossa casa, mas agora os meios de comunicação não podem mais monitorá-lo, porque ele está na clandestinidade. Cada ato terrorista vem ampliado pelos meios de comunicação, que, desse modo, fazem o jogo do adversário. Vão tirar de Saddam as armas que o Ocidente lhe ofereceu e que, talvez, ainda lhe esteja fornecendo, mas o verdadeiro inimigo nem sequer precisa mais de armas e tecnologias próprias: usa as daquele que quer destruir.

A discussão sobre a paz referida no primeiro parágrafo do texto:

- A) apresenta a paz como algo bastante próximo da sociedade humana;
- B) indica ser a paz uma criação da mente humana, não uma realidade;
- C) refere-se à paz como um ideal a ser atingido pelo homem;
- D) mostra a paz como um bem teológico, mas não humano;
- E) demonstra que a paz não pode sequer ser imaginada pelo homem.

2. No texto há elementos chamados dêiticos, cujo significado é dado ao leitor pelo conhecimento da situação em que esse texto é produzido: assim, “perto

do final de dezembro” só tem seu significado claramente estabelecido se o leitor souber em que ano o texto foi produzido. O mesmo ocorre em:

- A) “Ao longo dos séculos, a finalidade da guerra tem sido a de derrotar o inimigo”;
- B) “...havia uma condição edênica, depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência”;
- C) “a luta é a regra do mundo, e a guerra é a geradora comum e senhora de todas as coisas”;
- D) “No início houve a guerra, e a evolução implica uma luta pela vida”;
- E) “...a Academia Universal das Culturas discutiu em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje”.

3. Considerando a frase adaptada do texto “A Academia discutiu em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje”; a forma de reescrevê-la que altera o seu sentido original é:

- A) foi discutido em Paris o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje;
- B) o tema de como se pode imaginar a paz nos dias de hoje foi discutido em Paris;
- C) a Academia discutiu, nos dias de hoje, como se pode imaginar a paz;
- D) a Academia discutiu em Paris de como pode ser imaginada a paz nos dias de hoje;
- E) como pode ser imaginada a paz nos dias de hoje foi o tema discutido em Paris pela Academia.

4. “Logo, a paz parece ainda não ser uma meta distante, mas um objeto desconhecido”; assinale a frase correta sobre os componentes desse segmento do primeiro parágrafo do texto:
- A) os termos “meta distante” e “objeto desconhecido” indicam características da paz que se somam;
- B) o emprego da forma verbal “parece” mostra um ponto de vista firmemente estabelecido pela Academia;
- C) o vocábulo “ainda” indica uma esperança do autor do texto a respeito da possibilidade da paz;
- D) o vocábulo “logo” introduz uma conclusão retirada das informações anteriormente fornecidas;
- E) a utilização do vocábulo “meta” indica que a discussão da Academia pretendia alcançar determinados objetivos.
5. O texto utiliza sinais gráficos para expressar o que deseja. A alternativa em que os sinais gráficos destacados estão adequadamente explicados é:
- A) grafia em itálico e entre aspas em “tranquillita ordinis” para marcar o emprego de estrangeirismo;
- B) emprego de aspas em “a luta é a regra do mundo, e a guerra é geradora de todas as coisas” para indicar que as palavras merecem atenção especial;
- C) uso de parênteses em “(mas também já houve paz soviética, paz otomana, paz chinesa)” para retificar uma informação dada anteriormente;
- D) emprego de parênteses em “se queres a paz (para ti), prepara a guerra (contra os outros)” para desfazer ambiguidades;
- E) emprego de aspas em “nossos” (quarto parágrafo) para indicar uma ironia.
6. “Somos todos vítimas de um mito original”. Nesse segmento do texto temos o que se chama de “silepse de pessoa”, marcada pelo seguinte traço:
- A) o vocábulo “vítimas” é empregado como masculina e não como feminina;
- B) a concordância da forma verbal (somos) não está de acordo com o sujeito (vítimas);
- C) a concordância nominal entre “todos” e “vítimas” não é gramaticalmente correta;
- D) a forma verbal “somos” deveria ser empregada no passado e não no presente;
- E) o autor se inclui entre as vítimas do mito original citado.
7. “Somos todos vítimas de um mito original: havia uma condição edênica, depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência”. Nesse segmento do texto há uma referência explícita:
- A) ao mito do paraíso bíblico;
- B) ao descobrimento do Brasil;
- C) à criação do homem;
- D) às guerras mitológicas entre deuses e homens;
- E) aos conflitos naturais entre o céu e a terra.
8. “Mas Heráclito nos preveniu de que ‘a luta é a regra do mundo, e a guerra é a geradora comum e senhora de todas as coisas’ “. O pensamento abaixo que repete a visão de Heráclito sobre a guerra é:
- A) “Em meio às armas, as leis calam”. (Cícero)
- B) “É sábio experimentar todos os caminhos antes de chegar às armas”. (Terêncio)
- C) “Uma vez declarada a guerra, é impossível deter os poetas. A rima ainda é o melhor tambor”. (Giraudoux)
- D) “Enquanto o homem for um animal, viverá por meio de luta e à custa dos outros, temerá e odiará o próximo – a vida, portanto, é guerra”. (H. Hesse)
- E) “Quanto mais fortes somos, menos provável é a guerra”. (Bismarck)
9. O segmento do texto que mostra o valor semântico do vocábulo sublinhado de forma correta é:
- A) “...não costuma mais chegar ao fim com uma situação de paz...” / comparação;
- B) “Isso deveria nos levar a uma conclusão cínica, porém, realista...” / retificação;
- C) “As grandes pazes que conhecemos na História, como a paz romana” / exemplificação ;
- D) “O inimigo está em nossa casa, mas agora os meios de comunicação não podem mais monitorá-lo...” / adição;
- E) “...mas também já houve paz soviética, paz otomana, paz chinesa...” / concessão.
10. “Entretanto, nas últimas décadas, a guerra se transformou em algo tão complexo, que não costuma mais chegar ao fim com uma situação de paz...”. A oração sublinhada tem valor de:
- A) consequência;
- B) causa;
- C) comparação;
- D) condição;
- E) modo.
11. “Isso deveria nos levar a uma conclusão cínica, porém realista: se queres a paz (para ti), prepara a guerra (contra os outros)”. Tal situação pode ser designada de:
- A) metafórica;
- B) paradoxal;
- C) sinestésica;
- D) metonímica;
- E) alegórica.
12. “...como se Mata Hari tivesse se transformado em diretora da televisão local”. Com essa referência a uma famosa espiã da Segunda Guerra Mundial, o autor quer dizer que os atuais meios de comunicação:
- A) atuam como informantes do inimigo;
- B) funcionam como espiões favoráveis a seus países;
- C) denunciam as crueldades da guerra moderna;
- D) informam o público sobre detalhes ocultos da guerra;
- E) demonstram a fragilidade das informações secretas.
13. “Dá para se fazer uma guerra nessas condições?” A marca da guerra moderna que mais acentuadamente provocou a reação do autor do texto, contida na frase destacada, é:
- A) “mostrar que eram assassinados apenas por engano”;
- B) “Os chamados do inimigo dentro de nossa própria casa”;
- C) “a prova visual insuportável da destruição”;
- D) “não se deveriam assassinar os inimigos”;

E) “parecia insustentável a idéia de que um dos nossos pudesse morrer”.

14. “Cada ato terrorista vem ampliado pelos meios de comunicação, que, desse modo, fazem o jogo do adversário”. Os meios de comunicação fazem o jogo do adversário porque:

- A) demonstram que a coragem leva ao triunfo de algumas idéias;
- B) elogiam a coragem e a dedicação dos praticantes de atos terroristas;
- C) condenam exageradamente os terroristas;
- D) mostram as fraquezas dos sistemas de defesa do país;
- E) propagam amplamente os atos terroristas praticados.

15. O texto tem as características básicas do modo de organização:

- A) narrativo;
- B) argumentativo;
- C) descritivo;
- D) expositivo;
- E) enunciativo.

16. O segmento do texto que mostra uma variante coloquial de linguagem é:

- A) “O inimigo está em nossa casa...”.
- B) “Dá para se fazer uma guerra nessas condições?” .
- C) “Isso nos deveria levar a uma conclusão cínica, porém realista...”.
- D) “Somos todos vítimas de um mito original...”.
- E) “...a finalidade da guerra tem sido a de derrotar o inimigo em seu próprio território”.

17. A distinção fundamental entre a guerra na atualidade e a guerra do passado é:

- A) a divulgação da morte de “nossos” soldados;
- B) a crueldade claramente divulgada pela mídia;
- C) a abundância do noticiário, que transforma a guerra em algo banal;
- D) a interferência da opinião pública nos destinos da guerra;
- E) a presença do inimigo em nosso território através dos meios de comunicação.

18. O segmento que mostra que o texto foi produzido já há algum tempo é:

- A) “Somos todos vítimas de um mito original...”.
- B) “...como se Mata Hari tivesse se transformado em diretora da televisão local”.
- C) “Vão tirar de Saddam as armas que o Ocidente lhe forneceu...”.
- D) “Hoje, depois das guerras do Golfo e de Kosovo...”.
- E) “As coisas ficaram ainda piores depois de 11 de setembro”.

19. A frase do texto que se encontra na voz passiva é:

- A) “...nem que seja apenas provisória”.
- B) “Somos todos vítimas de um mito original...”.
- C) “...foram resultados de uma conquista e uma pressão militar contínua...”.
- D) “...depois essa tranquilidade foi violada pelo primeiro ato de violência”.
- E) “...expressando-se livremente em nossos meios de comunicação”.

20. Por tratar-se de um texto objetivo, são abundantes os encontros de substantivos + adjetivos objetivos. A alternativa que mostra um par de valor subjetivo é:

- A) conclusão cínica;
- B) objeto desconhecido;
- C) mito original;
- D) paz romana;
- E) frente interna.

### Lei nº 8.112/1990

21. A Constituição da República Federativa do Brasil – a Constituição Cidadã, como a definiu o deputado Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987 e 1988) – resulta do anseio e das lutas sociais pela democratização do Estado, da Sociedade e das relações entre essas esferas públicas, após mais de 20 anos de ditadura militar. Um dos avanços que promoveu foi o estabelecimento de um Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Para o cumprimento dessa determinação, foi aprovada, em 1990, a Lei nº 8.112.

Considerado esse contexto, assinale qual dos dispositivos do RJU adiante relacionados expressa a ideia do exercício do controle social sobre a administração pública:

- A) se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado;
- B) o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos na Lei, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento;
- C) a gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária;
- D) os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão;
- E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

22. Consideradas as circunstâncias histórico-políticas da transição do regime ditatorial militar para o regime democrático, operada em meados dos anos 1980, podemos identificar no corpo do Regime Jurídico Único diversas marcas do “DNA” da Constituição de 1988; especialmente no que se refere ao propósito de democratizar as relações entre Estado e Sociedade. Assim é que nas Disposições Gerais do Capítulo I da Lei nº 8.112, nos termos do Artigo 5º, estão estabelecidos os seis requisitos básicos para investidura em cargo público.

Dentre as alternativas adiante, assinale aquela que menciona apenas os requisitos que têm relação direta com o conceito de cidadania. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- A) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- B) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;

- C) a nacionalidade brasileira; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;
- D) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- E) o gozo dos direitos políticos; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental.

23. Um indicador importante da democratização do acesso aos cargos públicos regulamentada no RJU diz respeito ao estabelecimento de um percentual das vagas oferecidas em concursos para provimento de cargos destinado às pessoas portadoras de deficiência, conforme consta do parágrafo 2º do Artigo 5º.

Assinale a alternativa que define corretamente essa norma de acesso.

- A) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso serão reservadas exclusivamente para os portadores de deficiência visual.
- B) Apenas às pessoas portadoras de deficiência motora é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de todos os cargos oferecidos; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- C) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- D) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de todos os cargos oferecidos; para tais pessoas serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- E) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

24. Ao refletir sobre a importância estratégica da gestão pública no Brasil, o ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, mencionou, em uma palestra, “duas sombras que por muito tempo têm dificultado o desenvolvimento das potencialidades do nosso país”. Uma delas refere-se à falta de tradição de políticas públicas sociais voltadas para os mais pobres. A outra sombra – disse ele – “diz respeito à burocracia, mas uma burocracia que paralisa, que se torna sinônimo de entrave, ineficiência e atraso e que aqui diz respeito principalmente a um perigoso processo de burocracia das almas, que conduz ao envelhecimento das práticas e à falta de motivação.”.

O Artigo 81 do RJU concede licença ao servidor em oito situações distintas. Assinale a alternativa que

contém apenas as situações estritamente relacionadas com a motivação profissional e com o desenvolvimento do servidor:

- A) por motivo de doença em pessoa da família; para tratar de interesses particulares; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- B) para capacitação; para desempenho de mandato classista; para atividade política;
- C) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para capacitação;
- D) para atividade política; para desempenho de mandato classista; para tratar de interesses particulares;
- E) para capacitação; para o serviço militar; por motivo de doença em pessoa da família.

25. As universidades e demais instituições de ensino e pesquisa mantidas pela União, se distinguem de quaisquer outros órgãos e estruturas do Estado, em razão das especificidades de sua missão social e da natureza especialíssima das atividades que desenvolvem. Por isso, está prevista no RJU, no caso dessas instituições, uma exceção quanto ao ingresso de estrangeiros nos quadros de cargos efetivos da administração pública federal; exceção essa incluída pela Lei nº 9.515, de 20.11.97.

A alternativa que define corretamente essa norma de acesso é:

- A) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, estaduais e municipais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei;
- B) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei;
- C) apenas as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica estaduais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei;
- D) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, desde que sejam originários de países integrantes do MERCOSUL;
- E) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, desde que eles comprovem residência no Brasil há mais de 10 anos.

26. Em seu Título IV, o RJU trata do *Regime Disciplinar* que regula as condutas dos servidores públicos. Na legislação e jurisprudência correlatas (pareceres, acórdãos, notas técnicas, de órgãos do controle externo, tribunais, ministérios) figura o detalhamento analítico dessas determinações. Desse modo, por exemplo, o Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) nº GQ-164, vinculante, assim define uma das condutas proibidas pelo RJU:

“Desídia (e). É falta culposa, e não dolosa, ligada à negligência: costuma caracterizar-se pela prática ou omissão de vários atos (comparecimento impontual,

ausências, produção imperfeita); excepcionalmente poderá estar configurada em um só ato culposo muito grave; (...) Quando a desídia é intencional, como na sabotagem, onde há a idéia preconcebida de causar prejuízos ao empregador, por esse aspecto doloso, ela se identifica com a improbidade. (...) (Mozart Victor Russomano - Comentários à CLT, 13ª ed, Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 561)."

A alternativa na qual consta o dispositivo do RJU a que se refere o Parecer da AGU citado é:

- A) ao servidor é proibido praticar usura sob qualquer de suas formas;
- B) é dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- C) ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- D) é dever do servidor ser leal às instituições a que servir;
- E) ao servidor é proibido proceder de forma desidiosa.

27. Em sua perspectiva *cidadã*, a Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 37, estabelece os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Determina, ainda, que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa em que NÃO figura dispositivo constante do Capítulo IV do RJU, que trata das "Responsabilidades" é:

- A) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria;
- B) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;
- C) por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres;
- D) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;
- E) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

28. Durante muitos anos, a legislação trabalhista brasileira, autoritariamente, não permitiu aos servidores públicos constituir ou participar de entidades sindicais. Na esteira da reordenação democrática consignada na Constituição, o RJU, em suas *Disposições Gerais*, reconhece esse direito à organização. Conforme disposto em seu artigo 240, "Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes: (...)".

A alternativa em que NÃO figura qualquer dos direitos decorrentes da associação sindical a que se refere o artigo 240 mencionado é:

- A) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria;

- B) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;
- C) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- D) de receber prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;
- E) de participar de reuniões, congressos, encontros e demais eventos sindicais.

29. O Regime Disciplinar dos servidores é constituído de um conjunto de regras destinado a apurar a ocorrência de casos de irregularidades decorrentes de atos ou condutas administrativas. As questões disciplinares têm amplo destaque no RJU. A elas são dedicados dois Títulos (o *Do Regime Disciplinar – IV* e o *Do Processo Disciplinar – V*); oito Capítulos (*dos Deveres, das Proibições, da Acumulação, das Responsabilidades, das Penalidades, das Disposições Gerais, do Afastamento Preventivo, do Processo Disciplinar*); 66 artigos (do 116 ao 182), além de vasta legislação correlata (com dezenas de Leis, Decretos, Portarias, Enunciados, Instruções Normativas, Manifestações diversas de Órgãos de Controle Externo e de Tribunais Superiores).

A alternativa que se refere diretamente à revisão do processo, disciplinada na Seção III, do Capítulo III, do Título IV é:

- A) extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor;
- B) no processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente;
- C) verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo;
- D) quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade;
- E) as testemunhas serão inquiridas separadamente.

30. Em seu Título III, o RJU trata dos *Direitos e Vantagens* do servidor. No Capítulo I desse Título está definido o que é *vencimento* e o que é *remuneração*. O primeiro, nos termos do artigo 40, "é a *retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei*". A segunda, conforme estabelecido no artigo 41, "é o *vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei*".

Considerando essa conceituação, assinale a alternativa que relaciona corretamente as vantagens que, nos termos do artigo 49, poderão ser pagas ao servidor:

- A) bônus semestral por cumprimento do dever; adicional por assiduidade; indenizações;
- B) indenizações, comissões, gratificação junina;
- C) gratificações, adicional por assiduidade, indenizações;
- D) adicionais, gratificação junina; premiação pecuniária por zelo e dedicação;
- E) indenizações, gratificações, adicionais.

### Questões específicas

31. O *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* da Associação dos Arquivistas Holandeses, de 1898, publicado pelo Arquivo Nacional, em 1973, apresentou as principais práticas arquivísticas no tocante ao arranjo e à descrição. De acordo com essa obra, cada item do inventário, além do título antigo, deve conter:

- A) o título atualizado do item; e a descrição do conteúdo;
- B) a descrição do conteúdo; e o ano ou anos abarcados pelo documento;
- C) o título atribuído ao item; e o ano ou anos abarcados pelo documento;
- D) pontos de acesso; e o ano ou anos abarcados pelo documento;
- E) pontos de acesso; e a descrição do conteúdo.

32. A publicação e-ARQ Brasil: Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, versão 1.1, 2011, é uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir:

- A) validação, replicação e migração dos documentos;
- B) armazenamento, migração e atualização dos documentos;
- C) confiabilidade, autenticidade e acessibilidade dos documentos;
- D) compressão, emulação e decifração dos documentos;
- E) verificação de fixidade, armazenamento e emulação dos documentos;

33. Rousseau e Couture em *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, publicado em 1998, afirmam que a lista cronológica é:

- A) instrumento de citação;
- B) instrumento de descrição documental;
- C) instrumento de administração;
- D) parte do índice;
- E) parte da lista de controle.

34. Sérgio de Albite Silva em seu livro *A Preservação da informação arquivística governamental nas Políticas Públicas do Brasil*, cita Lavoie (2005) e sua abordagem econômica para a preservação no século XXI. As três áreas que redefinirão a preservação neste século, segundo Lavoie são:

- A) mercado, incentivos e estrutura;
- B) procedimentos, incentivos e estrutura;
- C) responsabilidades, mercado e organização;
- D) responsabilidades, incentivos e organização;
- E) projetos, mercado e procedimentos.

35. Heloisa Bellotto, em seu livro *Arquivos permanentes: tratamento documental*, publicado em 2009, em versão revisada e ampliada, ao discorrer sobre a política de descrição, define quais são os seus pontos básicos. Assinale a opção que está de acordo com os pontos citados pela autora.

- A) Hierarquia, prioridades, técnica e planificação.
- B) Categoria, prioridades, língua e planificação.

- C) Hierarquia, estado de conservação, técnica e planificação.
- D) Divisão, classificação quanto ao sigilo, técnica e planificação.
- E) Hierarquia, prioridades, classificação quanto ao sigilo, estado de conservação.

36. Johanna Smit e Nair Kobashi em seu livro *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*, publicado em 2003, identificam seis aspectos pertinentes aos procedimentos “micro” de controle de vocabulário. Assinale a opção que apresenta TODOS os seis aspectos mencionados pelas autoras:

- A) padronização gramatical; opções de grafia; alterações nos nomes de pessoas físicas ou jurídicas; elaboração de listas em ordem alfabética; adoção de termos compostos; e introdução de notas de escopo e notas de uso;
- B) normalização gramatical; opções de grafia; alterações nos nomes de pessoas ou topônimos; controle de sinonímia, homonímia e quase-sinonímia; adoção de termos compostos; e introdução de notas de escopo e notas de uso;
- C) normalização gramatical; opções de grafia; alterações nos nomes de pessoas ou nomes dos progenitores; controle de sinonímia e quase-sinonímia; adoção de termos em língua morta; e introdução de notas de escopo e notas de uso;
- D) uniformização gramatical; opções de grafia; alterações nos nomes de pessoas ou do titular da coleção; controle de sinonímia e quase-sinonímia; adoção de termos simples; e introdução de notas de conservação e notas de uso;
- E) normalização gramatical; opções de grafia; alterações nos nomes de pessoas ou título atribuído; elaboração de listas em ordem alfabética; adoção de termos compostos; e introdução de notas de conservação e notas de uso.

37. A Resolução nº 6 de 15 de maio de 1997, do Conselho Nacional de Arquivos, dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos. A Resolução estabelece que a guarda dos documentos públicos:

- A) pode ser terceirizada desde que planejada, supervisionada e controlada por agentes públicos, sem ônus, para a administração e para o cidadão;
- B) é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público, visando garantir o acesso e a democratização da informação, com ou sem ônus, para a administração e para o cidadão;
- C) pode ser terceirizada desde que planejada, supervisionada e controlada por agentes públicos, com ônus para a administração e para o cidadão;
- D) é exclusiva dos órgãos da administração indireta do Poder Público, visando garantir o acesso e a democratização da informação, com ônus, para a administração e para o cidadão;
- E) é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público, visando garantir o acesso e a democratização da informação, sem ônus, para a administração e para o cidadão.

38. Thomassen em seu artigo Uma primeira introdução à Arquivologia, publicado na *Revista Arquivo & Administração*, de 2006, afirma que “Arquivos são compostos por informação vinculada a processos”. Para o autor, um sistema de gerenciamento arquivístico é desenvolvido para:

- A) manter a ligação entre estes processos de trabalho e os usuários, visando restringir o potencial informacional dessas relações;
- B) manter e explorar a ligação entre os processos de trabalho e os usuários, visando a otimizar o programa de preservação de documentos;
- C) estabelecer e explorar a ligação entre os processos de trabalho e os pesquisadores de história social, visando a otimizar a qualidade arquivística dessas relações;
- D) estabelecer, manter e explorar a ligação entre os processos de trabalho e a informação que geram, visando a otimizar o potencial informacional dessas relações;
- E) estabelecer, manter e explorar a ligação entre estes processos de trabalho e a informação que geram, visando a limitar o programa de destinação de documentos.

39. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional, 2005, entende-se Paleografia como:

- A) Disciplina que estuda a técnica impressa, suas configurações e permanência através do tempo.
- B) Técnica que estuda o papiro, suas formas e permanência através do tempo.
- C) Metodologia que analisa a heráldica, suas formas e variações através do tempo.
- D) Disciplina que estuda a escrita manuscrita antiga, suas formas e variações através do tempo.
- E) Disciplina que estuda as abreviaturas, seus formatos e símbolos através do tempo.

40. O Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, cria o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA na Administração Pública Federal. De acordo com o Art. 3º deste decreto, além do Arquivo Nacional, integram o SIGA como órgãos setoriais e seccionais respectivamente:

- A) as unidades responsáveis pela gestão de documentos de arquivo nos Ministérios e órgãos equivalentes; e as unidades vinculadas aos Ministérios e órgãos equivalentes;
- B) as unidades responsáveis pela gestão de documentos de arquivo nos Ministérios e órgãos equivalentes; e os arquivos estaduais;
- C) os arquivos estaduais; e os arquivos municipais;
- D) as unidades responsáveis pela gestão de documentos de arquivo nos Ministérios e suas entidades vinculadas; e os arquivos municipais;
- E) o CONARQ; e as unidades responsáveis pela gestão de documentos de arquivo nos Ministérios e órgãos equivalentes.

41. A Resolução nº 10, de 6 de dezembro de 1999, do Conselho Nacional de Arquivos, dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos

arquivísticos. De acordo com esta Resolução, devem ser adotados no processo de microfilmagem símbolos constantes da ISO:

- A) 15511/2003
- B) 9878/1990
- C) 15489/2001
- D) 8601/2000
- E) 9788/2000

42. Terry Cook, em seu artigo Arquivos pessoais e institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, publicado na *Revista Estudos Históricos*, nº 21, em 1998, ressalta que as mudanças tecnológicas, de negócios e da sociedade introduzem novas questões para a teoria e a prática arquivísticas. Para o autor, a teoria arquivística não se inspira mais “no arranjo e descrição de produtos documentados em arquivos.” (p. 138). Segundo a perspectiva de Cook, a teoria arquivística na atualidade se inspira mais:

- A) nos formatos dos documentos arquivísticos;
- B) na reprodução dos arquivos;
- C) na descrição normalizada;
- D) nos procedimentos de protocolo;
- E) na análise dos processos de criação dos documentos.

43. De acordo com o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu Art. 9º, inciso I, o acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público em local com condições apropriadas para:

- A) apoiar e encaminhar o cidadão ao órgão competente; informar sobre a transferência de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar somente documentos privados;
- B) atender e encaminhar o cidadão à instituição privada quanto ao acesso a informações; informar sobre o armazenamento de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar documentos estrangeiros de acesso a informações até 1930;
- C) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações;
- D) receber e orientar a pessoa jurídica quanto às normas de restrição de acesso às informações; comunicar o número de recolhimento anual de documentos; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações;
- E) atender e ouvir o funcionário público quanto às questões de ética; informar sobre a reprodução de documentos; protocolizar avisos e atas sobre a administração pública produzidos até 1964.

44. Geoffrey Yeo, em seu artigo Falando sobre diferença: percepções sobre unicidade e identidade nos arquivos, publicado na *Revista Arquivo & Administração*, em 2011, declara que não é somente o contexto documentário que distingue uma fonte arquivística da outra, como se pensava no passado. De acordo com este autor, outros contextos contribuem para essa distinção. Assinale a opção que identifica corretamente esses contextos.

- A) De produção, de manutenção e de uso.
- B) De acesso, de manutenção e de forma.

- C) Da transferência, de recolhimento e de uso.
- D) De produção, de reprodução e de descarte.
- E) Da reprodução, de descarte e de classificação.

45. O Glossário da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, ISAAR-CPF, define descrição arquivística como:

- A) criação de uma súmula precisa de um dossiê, pela apreensão, análise, organização e registro de informação por meio da elaboração de inventários que sirvam para o gerenciamento eletrônico dos documentos;
- B) produção de uma representação concisa de uma circunscrição pela leitura, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto dos sistemas eletrônicos;
- C) geração de uma reprodução acurada de um dossiê e de suas partes, quaisquer que sejam, pela análise e registro de informação que sirva para identificar e localizar materiais arquivísticos e bibliográficos, bem como o contexto e sistemas de informação;
- D) elaboração de uma réplica de uma unidade de descrição e de suas partes, quaisquer que sejam, após sua análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais museológicos;
- E) criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram.

46. De acordo com o Decreto nº 4.073, de janeiro de 2002, Art. 18 § 3º, os documentos relativos às atividades-fim dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal serão avaliados e selecionados pelos órgãos ou entidades geradores dos arquivos, em conformidade com as tabelas de temporalidade e destinação, as quais serão:

- A) produzidas pelos órgãos setoriais do Arquivo Nacional e aprovadas pelo SIGA;
- B) recebidas pelos órgãos seccionais do SIGA e aprovadas pelo Conselho Nacional de Arquivos;
- C) elaboradas pelas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e aprovadas pelo Arquivo Nacional;
- D) elaboradas pelas câmaras técnicas do Conselho Nacional de Arquivos e aprovadas pelo SIGA;
- E) elaboradas pelas Comissões de Avaliação de Documentos e aprovadas pelo Conselho Nacional de Arquivos.

47. Lucia Oliveira (2006), em sua dissertação de mestrado, O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos, afirma que “a inserção de informações sobre os acervos na rede tende a criar no usuário uma indicação de possibilidade de acesso ilimitado, o que pode não traduzir a realidade” (p.73).

De acordo com esta afirmação, escolha a alternativa que apresenta SOMENTE os fatores que dificultam o livre acesso às informações arquivísticas.

- A) Lei de direitos autorais, agilidade das instituições na liberação dos acervos para consulta pública, existência de programa de conservação de documentos, e infra-estrutura adequada para envio de reprodução digital dos documentos por email.
- B) Proteção à família, categorias de classificação, agilidade das instituições na conservação de acervos, e manutenção de equipamentos para reprodução dos documentos.
- C) Proteção à intimidade, categorias de sigilo, lentidão das instituições na organização de acervos, falta de recursos humanos, e infra-estrutura precária para atendimento local e à distância ao usuário.
- D) Política de microfilmagem e preservação de documentos, e agilidade das instituições na organização de acervos e possibilidade de fotografar o acervo não digitalizado.
- E) Política de digitalização e preservação de documentos, agilidade das instituições na organização de acervos, capacitação de seus funcionários, e infra-estrutura para atendimento à distância ao usuário.

48. De acordo com Marilena Paes, em Arquivo: teoria e prática, 2011, produção de documentos refere-se à:

- A) microfilmagem dos documentos notariais criados por pessoa jurídica;
- B) reprodução dos documentos em decorrência de demanda de usuário;
- C) preparação dos documentos cartográficos em decorrência das atividades de uma pessoa física;
- D) restauração dos documentos especiais acumulados por instituição arquivística;
- E) elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor.

49. Michel Duchein, no artigo Princípio de respeito aos fundos em Arquivística, publicado na Revista *Arquivo & Administração*, 1986, analisa a dificuldade de definir um fundo em relação à hierarquia dos organismos produtores. O autor recomenda alguns critérios para verificar se um determinado conjunto de documentos pode ser considerado um fundo arquivístico. Assinale a resposta INCORRETA.

- A) Um organismo deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar.
- B) Um organismo, seja público ou privado, deve assumir denominação e existência jurídica próprias, resultantes de um ato (lei, decreto, resolução, etc) preciso e datado.
- C) O organismo, seja público ou privado, não precisa obrigatoriamente possuir posição hierárquica plenamente regulada.
- D) A posição do organismo na hierarquia administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem.
- E) O organismo deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente a seu nível hierárquico.

50. A Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Arquivos, dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos permanentes. De acordo com essas Recomendações, pretende-se que um projeto de digitalização contemple a geração de representantes digitais com as seguintes características:

- A) propriedade do arquivo permanente, fidelidade ao documento organizado e capacidade de migração;
- B) atributo do documento original, fidelidade ao documento reproduzido e capacidade de acessibilidade;
- C) qualidade do acesso, fidelidade ao documento digitalizado e capacidade de gerenciamento;
- D) qualidade arquivística, fidelidade ao documento original e capacidade de interoperabilidade;
- E) manutenção do ambiente tecnológico, fidelidade ao documento cópia e capacidade de conversão.

51. Maria Odila Fonseca, na obra *Arquivologia e Ciência da Informação*, de 2005, examina alguns tópicos importantes para analisar as características da Arquivologia como campo científico. A autora destaca dois tópicos: a importância das instituições arquivísticas, para lidar com os problemas de uma administração pública que se pretende eficiente, e a tradição manualística. Assinale a ÚNICA resposta que compreende esses dois tópicos.

- A) Estabelecimento dos Records Centers (Arquivos Intermediários) no Arquivo Nacional dos Estados Unidos e a obra de Theodore Schellenberg.
- B) Sistematização do conceito e da prática de Gestão de Documentos nos Estados Unidos e a obra de Pierre Bourdieu.
- C) Criação do Arquivo Nacional da França e a obra de Michel Foucault.
- D) Estabelecimento da seção de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional do Brasil e a obra de Max Weber.
- E) Criação do Conselho Nacional de Arquivos do Brasil e a obra de Pierre Bourdieu.

52. José Maria Jardim, no artigo *A invenção da memória nos arquivos públicos*, publicada na revista *Ciência da Informação*, v. 25, nº 2, 1995, afirma que, o Estado brasileiro não reconhece sua própria memória e, portanto, não oferece condições para o seu uso social. Para o autor, os arquivos públicos são lugares periféricos no Estado e podem ser agentes do esquecimento. Segundo Jardim, o Estado e a sociedade consideram os arquivos públicos como:

- A) legitimados no aparelho do Estado e na sociedade;
- B) deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade;
- C) deslegitimados no aparelho do Estado e legitimados na sociedade;
- D) legitimados no aparelho do Estado e deslegitimados na sociedade;
- E) legitimados no aparelho do Estado e validados na sociedade.

53. Michel Duchein, no artigo *Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional*, publicado na *Revista Acervo*, v. 20, 2007, aponta diversas dificuldades para a elaboração de um dicionário de terminologia arquivística internacional, destacando a:

- A) precisão frequente de definições e de usos nacionais;
- B) imprecisão muito frequente de definições e de usos nacionais;
- C) convergência de uso de termos técnicos;
- D) facilidade para traduzir termos consagrados;
- E) informação plena sobre as práticas arquivísticas internacionais.

54. Em *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (2006), Schellenberg afirma que existem “três elementos principais a serem considerados na classificação de documentos públicos” (p. 84). Assinale a opção que identifica corretamente os três elementos citados pelo autor.

- A) A ação a que os documentos se referem; a posição do órgão produtor na estrutura do ministério ao qual está subordinado e o uso dos documentos.
- B) O processo de acumulação dos documentos; as funções do órgão produtor e o processo de distribuição dos documentos.
- C) As funções do órgão que os produz; a estrutura do órgão produtor e o uso dos documentos.
- D) O uso dos documentos; a política de aquisição do órgão produtor e o assunto dos documentos.
- E) A ação a que os documentos se referem; a estrutura do órgão que os produz e o assunto dos documentos.

55. A publicação e-ARQ Brasil: Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, versão 1.1, 2011, do Conselho Nacional de Arquivos, distingue o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) do Sistema Informatizado de Gestão arquivística de documentos (SIGAD). O GED trata os documentos de maneira compartimentada enquanto o SIGAD parte de uma concepção:

- A) compartimentada, em que os documentos possuem semelhanças;
- B) orgânica, em que os documentos possuem uma interrelação;
- C) artificial, em que os documentos possuem analogias;
- D) aleatória, em que os documentos possuem afinidades;
- E) estrutural, em que os documentos possuem similaridades.

56. Heloisa Bellotto, em *Arquivos Permanentes: tratamento documental* de 2009, p. 48, sintetiza a análise do diplomata italiano Alessandro Pratesi, para quem o documento diplomático possui características que o distingue dos documentos não diplomáticos. De acordo com Pratesi, o documento diplomático é um documento:

- A) em pergaminho, excluindo qualquer outro tipo de documento;
- B) especial, excluindo os cartográficos;
- C) escrito, excluindo qualquer outro tipo de documento;
- D) em formato digital, incluindo a fotografia;
- E) de natureza privada, incluindo os diários íntimos.

57. Ana Celeste Indolfo, no artigo *Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia*, *Arquivística.net* – [www.arquivistica.net](http://www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, jul./dez. 2007, considera que o conceito de ciclo de vida, elaborado por Philip Brooks, enfatiza

“a necessidade dos arquivistas desviarem sua atenção dos usos acadêmicos dos registros para todas as fases de seu ciclo de vida (p.31)”. O conceito de ciclo de vida, portanto, contribui para a implementação de melhores procedimentos de:

- A) descrição e formulação das teorias necessárias a uma gestão dos arquivos;
- B) arranjo e formulação das práticas necessárias a uma gestão responsável de itens documentais;
- C) guarda e formulação das políticas necessárias a uma gestão responsável de documentos;
- D) uso e formulação das práticas necessárias a uma gestão dos arquivos permanentes;
- E) migração e formulação das políticas necessárias a uma gestão responsável de arquivos e bibliotecas.

58. Schellenberg, em *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, de 2006, faz algumas observações sobre os sistemas de arquivamento e apresenta três pontos essenciais a serem examinados na escolha desses sistemas. De acordo com este autor, os sistemas devem ser:

- A) fáceis, flexíveis e imutáveis;
- B) complexos, inflexíveis e expansíveis;
- C) simples, inflexíveis e mutáveis;
- D) simples, flexíveis e expansíveis;
- E) complexos, maleáveis e mutáveis.

59. Luciana Duranti, no artigo *Registros documentais contemporâneos como provas de ação*, de 1994, ao tratar dos documentos arquivísticos contemporâneos, afirma que estes “devem ser criados como meios para objetivos práticos, não para informar a posteridade. Eles devem ser o resíduo involuntário e não consciente de uma ação”. A autora se refere à seguinte característica do documento arquivístico:

- A) imparcialidade;
- B) procedência;
- C) unicidade;
- D) precisão;
- E) acurácia.

60. De acordo com Heloisa Bellotto, em *Arquivos Permanentes: tratamento documental* de 2009, p. 51, o documento diplomático também pode ser definido como o registro legitimado referente a dois tipos de ato:

- A) organizativo e secundário;
- B) processual e elementar;
- C) político e legal;
- D) judicial e principal;
- E) jurídico e administrativo.